

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RELATO DO TEMA 1: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E FLEXIBILIZAÇÃO DE MODELOS DE FORMAÇÃO

Dia 25 de maio de 2009 - de 9 às 13 horas

1- ORGANIZAÇÃO DA MESA:

Coordenador: Prof. Dr. Conselheiro Antonio Carlos Caruso Ronca

Conferencista 1: Prof. Dr. Luiz Davidovich

Conferencista 2: Prof. Dr. Leandro Tessler

Relator: Rodrigo Ramalho Filho – CGEG/DIFES/SESu/MEC

2- DINÂMICA DA DISCUSSÃO: respostas a perguntas escritas

3 - TEMAS APRESENTADOS:

Democratização do acesso ao ensino superior e flexibilização de modelos de formação.

3.1- Coordenador: pontos focais de introdução ao tema: Relação do tema principal com os conteúdos abordados pelos componentes da mesa e da conferência de abertura: desafios da expansão do ensino superior, com qualidade, inovação e inclusão social.

3.2 - Conferencista 1: Prof. Dr. Luiz Davidovich - pontos focais expostos

3.2.1- Flexibilização dos modelos de formação a partir das importantes contribuições e propostas da Academia Brasileira de Ciências (dois documentos recentes: *Subsídios para a Reforma da Educação Superior* e *Ensino de Ciências* (educação básica).

3.2.2- Relação entre esses níveis de educação através de suas virtudes e contradições:

- **Instituições de educação superior brasileiras: um sistema importante:** 2% dos artigos científicos mundiais indexados; 10 mil doutores anuais; sucessos científicos de projeção mundial: sequenciamento do genoma cítrico, aviões da EMBRAER, pesquisas da EMBRAPA, prospecção de petróleo em águas profundas da PETROBRAS;

- **Imperfeições da expansão da educação básica e superior:** (comparação Brasil, OCDE, Coréia, Chile): baixo nível de acesso; desempenho crítico (ensino médio) em português e ciências; baixo tempo de permanência escolar; lentidão da conclusão dos ciclos fundamental e médio; discrepância entre gasto anual por estudante da educação básica e superior; baixa remuneração salarial dos professores do ensino básico.
- **Rápida expansão das instituições privadas (1990):** > 70% das matrículas; predominância cursos de Ciências Humanas (89% de Direito).

3.2.3- Principais obstáculos ao desenvolvimento da educação superior: cursos e programas obsoletos e deficientes; profissionalização precoce e excessiva; pressão por vagas; baixo nível de acesso (18 e 24 anos, 13%); pequena participação do ensino público (menos de 30% das matrículas); desequilíbrios na distribuição de matrículas por área de conhecimento; expansão da pós-graduação desacompanhada de avaliação crítica dos cursos de graduação; autonomia das instituições federais não regulamentada; ensino básico deficiente.

3.2.3- Preconiza a diversidade institucional e acadêmica (experiências de EUA (Berkeley, Harvard, MIT) e China (Xangai): oferta de cursos superiores de longa e de curta duração em Universidades, Institutos, Colleges; diversificação e modalidades de cursos de graduação; formação em ciclos (grandes áreas do conhecimento; flexibilidade curricular e percursos formativos; carga horária não excessiva; adiamento das especialidades nos cursos de graduação; possibilidades de ingresso e de saídas, convênios de transferência de créditos...

3.2.4- Democratização do acesso ao ensino superior: novos critérios de admissão - potencial de aprendizado e o rendimento escolar e diferencial para estudantes da escola pública; eliminação do desperdício de vagas e talentos; diversificação das instituições de ensino superior; ampliação do papel das instituições públicas na formação de professores para o ensino básico; ampliação dos cursos noturnos.

3.2.5- Um exemplo inovador, no Brasil: a experiência da UFABC: ciclos de formação, ciclos iniciais de três anos com diplomação, ciclos complementares para as engenharias.

3.2.6- Observa as discussões recorrentes: reforma do ensino superior e intervenção na escola pública: citações de Henrique Morize, em 1920, e de Anísio Teixeira, nos anos 1960.

3.3 - Conferencista 2: Prof. Dr. Leandro Tessler: pontos focais expostos

3.3.1-Conferência provocadora e estimuladora de mudanças nas Universidades e nas suas relações com as corporações profissionais: desregulamentação, flexibilização e radical revisão das formas de acesso e das estruturas e conteúdos curriculares; importância de um Plano Nacional de Educação Superior.

3.3.2 - Diagnóstico do sistema de educação superior brasileira, apesar dos avanços: baixo de nível de acesso (18 a 24 anos (13,2 %), de 25 a 34 anos (8%), de 35 a 54 anos (4%); predominância dos cursos das Ciências Sociais (41%), (matemática e computação (1% e 5%); formação profissionalizante; mais de 70% das matrículas em instituições privadas; inexistência de faculdades isoladas públicas; discrepâncias da oferta de vagas entre instituições públicas e privadas; acesso único – vestibular – condicionamento do ensino médio e desperdício de talentos; ações afirmativas nos últimos anos, cotas e bônus.

3.3.3- Exemplos de acesso ao ensino superior em outras partes do mundo: o *acesso universal* (Bélgica, Itália, Argentina, e formação profissionalizante dos Community Colleges (EUA) e da Open University (UK); *vagas determinadas* (Alemanha, Finlândia, Brasil); *misto* (Colleges (EUA), Grandes Écoles (França), exame nacional); cotas reservadas para os melhores alunos do ensino médio (Texas, Califórnia).

3.3.4- Início de grande mudança: PROUNI e Novo ENEM. - ação inclusiva, discussão além da Universidade e dificuldades de implantação.

3.3.5- Também preconiza a diversidade institucional e a flexibilidade curricular para a formação superior: importância do conceito de *formação geral - Core Curriculum* .

3.3.6- Importâncias das discussões no âmbito do CNE, na universidade e junto à sociedade.

3.3.7- Conclui com proposições (registradas em item comum, a seguir)

4 - QUESTÕES QUE OCUPARAM O CENTRO DAS PERGUNTAS E COMENTÁRIOS:

1) Os riscos de se produzir ciência e tecnologia para outros países. Resposta: o reflexo positivo da ciência brasileira nas indústrias nacionais: EMBRAPA, EMBRAER, PETROBRAS.

2) Temores sobre o reconhecimento social e as chances de inserção no mercado de trabalho dos egressos dos cursos de formação geral. (UFABC). Resposta: empresas atuais buscam outro perfil profissional: conhecimentos gerais, adaptabilidade às mudanças; formação especializada na própria empresa; demandas governamentais. Exemplos dos EUA, Europa, China.

3) Argumentos normativos bloqueiam as reformas curriculares. Resposta: vários mecanismos de ruptura: autonomia universitária, CNE -flexibilização, redução de normas, e incentivo à inovação.

4) Conservadorismo e corporativismo das próprias universidades e percepção (social) do ensino superior exclusivamente de formação profissional. Respostas: superação pela adoção crescente do processo de reestruturação e de inovação; novos desenhos institucionais.

5) Corporações profissionais: regulação e interferência nos conteúdos e tipos de formação oferecidos pelas universidades. Respostas: injustificadas diante das novas dinâmicas e demandas da Sociedade do Conhecimento (fronteiras do conhecimento se diluem);

6) Ampliação da participação das universidades públicas na educação básica. Respostas: papel indutor do Governo; diversificação da formação de professores nas escolas de educação, através a habilitação pedagógica de profissionais de outras áreas.

7) Temores da federalização do exame de acesso à educação superior e limitações dos testes de múltipla escolha e migração predatória entre regiões. Respostas: técnicas eficientes de aferição das respostas (limitação sobre a escrita); vantagens competitivas para estudantes locais e regionais; reestruturação do ensino médio; atração e fixação de talentos, efeitos sobre a economia local.

8) Crítica sobre o REUNi: discussão insuficiente, efeitos negativos sobre o planejamento existente nas universidades e aprovação de projetos desprovidos de reestruturação e inovação. Respostas: processo em aperfeiçoamento, efeitos de curto prazo (expansão enfática e reestruturação espontânea) e de longo prazo (novas oportunidades).

9) Impossibilidade do aumento da relação professor/aluno (REUNi). Respostas: reestruturação e inovação universitárias, condição *sine qua non* para atingir as metas: ciclos formativos, novos instrumentos e metodologias de aprendizagem, conferências magistrais, valorização da EAD.

10) Promoção da diversidade institucional sem comprometer o conceito de Universidade e ferir o princípio constitucional da in dissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Respostas: instituições de ensino superior sofríveis desempenham, perversamente, a formação não-universitária; boas instituições comunitárias constituem exemplo positivo

11) Retorno do debate entre universidades de ensino e universidades de pesquisa. Respostas: valorização das diferentes modalidades institucionais; separação entre universidade e educação superior (CEFETS e instituições de formação do Sistema “S”); identificação dos papéis de cada instituição no sistema nacional de educação superior; mudança nos mecanismos de supervisão e de classificação das instituições.

12) Criação, credenciamento e re-credenciamento das instituições. Respostas: avaliação externa como parte essencial de autonomia da instituição; consideração das inovações e flexibilizações pelos modelos avaliativos; limites e marcos para empresas educacionais privadas.

13) Resistência às mudanças. Respostas: semente da reestruturação e longo prazo para a sua predominância; consenso referente aos avanços obtidos nos últimos anos na educação superior.

5 - PRINCIPAIS PROPOSTAS (AQUI APRESENTADAS EM COMUM)

1) **Plano estratégico para a educação superior** que forme mais e melhor (formação de uma elite intelectual nacional, no novo cenário mundial);

2) **Diversificação das instituições públicas de ensino superior e de modelos de formação;**

- 3) **Revisão curricular radical:** diferentes trajetórias curriculares e maneiras de aprender (estruturas curriculares flexíveis e formação geral nos primeiros anos da graduação; protagonismo dos estudantes (decisão dos seus percursos formativos);
- 4) **Democratização e diversidade de acesso** (inclusive seleção através de exame nacional, componentes regionais e processos de ações afirmativas); e de conclusão (diplomação);
- 5) **Convivência entre sistemas:** inovador e tradicional;
- 6) **Mobilidade docente e discente**, nacional e internacional;
- 7) **Compatibilidade curricular e regras de transferência** entre níveis de ensino e instituições;
- 8) **Mudança do conceito de evasão** (de desperdício, para elemento de um complexo processo de formação em outras áreas);
- 9) **Definição de papéis, de novas oportunidades e de marcos regulatórios para o setor privado** (> 70% das matrículas);
- 10) **Ampliação do papel das instituições públicas de ensino superior na formação de professores para o ensino fundamental e médio.**